

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO  
ESCOLA PAULISTA DE POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS

MATHEUS DOS SANTOS BENJAMIN

FIM DA INVISIBILIDADE? UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA  
PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Osasco  
2019

MATHEUS DOS SANTOS BENJAMIN

FIM DA INVISIBILIDADE? UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA  
PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Monografia apresentada à Escola Paulista de  
Política, Economia e Negócios da Universidade  
Federal de São Paulo como requisito parcial  
para a obtenção do grau de Bacharel em  
Ciências Econômicas.

Orientador: Profa. Dra. Daniela Verzola Vaz

Osasco

2019

### Ficha Catalográfica

Benjamin, Matheus dos Santos

FIM DA INVISIBILIDADE? UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO / Matheus dos Santos Benjamin. – Osasco, 2019.  
50 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de São Paulo; Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, Ciências Econômicas, 2019.

Orientador: Daniela Verzola Vaz.

Título em inglês: End of invisibility? An Analysis of Women's Labor Force Participation in Brazil.

1. Mulheres. 2. Mercado de trabalho. 3. Trabalho informal. 4. Divisão sexual do trabalho. I. Título.

MATHEUS DOS SANTOS BENJAMIN

FIM DA INVISIBILIDADE? UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA  
PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Monografia apresentada à Escola Paulista de  
Política, Economia e Negócios da Universidade  
Federal de São Paulo como requisito parcial  
para a obtenção do grau de Bacharel em  
Ciências Econômicas.

Orientador: Profa. Dra. Daniela Verzola Vaz

Aprovado em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

---

Profa. Dra. Daniela Verzola Vaz  
Universidade Federal de São Paulo

---

Profa. Dra. Claudia Alessandra Tessari  
Universidade Federal de São Paulo

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado saúde e inteligência para superar todas as dificuldades e conseguir chegar aonde hoje estou. Agradeço também a minha família por estar do meu lado o tempo todo. Por fim, agradeço a minha orientadora, Daniela Verzola Vaz, pela paciência, dedicação e ensinamentos que possibilitaram que eu realizasse este trabalho.

## **RESUMO**

Com base em estatísticas oficiais, como as do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do antigo Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério da Educação, e na revisão de trabalhos de autoras como Cristina Bruschini, Helena Hirata, Maria Rosa Lombardi, Regina Madalozzo e Simone Wajnman, esta pesquisa analisa a evolução da participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro desde os anos 70. A distribuição da mão de obra feminina é estudada sob diferentes recortes, como o do trabalho formal versus o informal, o do emprego no setor público versus no setor privado e o do trabalho remunerado em face do trabalho doméstico não remunerado. Adicionalmente, realiza-se uma comparação internacional da participação feminina e de sua visibilidade no mercado de trabalho, com ênfase na América Latina. O estudo ressaltava as principais tendências da inclusão feminina no mercado de trabalho, que tem como marca principal o atraso histórico. Se, por um lado, a partir dos anos 1970 as mulheres elevaram sua participação no mercado de trabalho brasileiro, por outro sua inserção se deu principalmente em nichos de mercado considerados precários, marcados pela baixa remuneração e pela falta de proteção social. Observa-se, ainda, que a mulher que hoje está presente no mercado de trabalho em sua maioria exerce uma dupla jornada de trabalho, pois, conforme mostram os dados, ela ainda é a principal responsável por afazeres domésticos e pelos cuidados com os filhos. Esses traços presentes em modelos antigos de famílias tradicionais perpetuam-se até hoje e explicam, em parte, por que a mulher permanece sub-representada em cargos de maior poder decisório.

Palavras-chave: Mulheres. Mercado de Trabalho. Trabalho Informal. Divisão Sexual do Trabalho.

## **ABSTRACT**

Based on official statistics, such as the Brazilian Institute of Geography and Statistics, the former Ministry of Labor and Employment and the Ministry of Education, and the review of works by authors such as Cristina Bruschini, Helena Hirata, Maria Rosa Lombardi, Regina Madalozzo and Simone Wajnman, this research analyzes the evolution of women's labor force participation in Brazil since the 1970s. The distribution of female labor is studied under different perspectives, such as formal versus informal work, public versus private sector employment and paid work compared to unpaid domestic work. Additionally, there is an international comparison of women's participation and their visibility in the labor market, with emphasis on Latin America. The study highlights the main trends of female labor force participation, whose main mark is the historical backwardness. If, on the one hand, from the 1970s onwards women increased their participation in the Brazilian labor market, on the other hand their insertion was mainly in precarious niche markets, marked by low pay and lack of social protection. It is also observed that the woman who today is present in the labor market mostly has a double workday, because, as shown by the data, she is still the main responsible for household chores and childcare. These traits in older models of traditional families continue to this day and partly explain why women remain underrepresented in positions of greater decision-making power.

**Keywords:** Women. Labor market. Formal work. Informal work.

## Sumário

|       |   |    |
|-------|---|----|
| 1.    | Introdução .....  | 12 |
| 2.    | A evolução da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro .....     | 13 |
| 2.1   | Década de 70 .....  | 14 |
| 2.2   | Década de 80 .....  | 15 |
| 2.3   | Década de 90 .....  | 17 |
| 2.4   | Anos 2000 .....   | 18 |
| 2.4.1 | Metodologia .....   | 19 |
| 2.4.2 | Análise dos Dados .....   | 20 |
| 3.    | A distribuição da força de trabalho feminina .....                              | 24 |
| 3.1   | Uma visão geral .....   | 24 |
| 3.2   | O setor público foge à regra? .....   | 31 |
| 3.3   | O trabalho informal .....   | 33 |
| 3.4   | O trabalho doméstico não remunerado .....                                       | 35 |
| 3.5   | A participação da mulher no mercado de trabalho em relação ao PIB do país<br>38 |    |
| 4.    | Cenário internacional .....   | 40 |
| 4.1   | América Latina .....  | 41 |
| 4.2   | Resto do Mundo .....  | 46 |
| 5.    | Considerações finais .....  | 49 |
| 6.    | Referências .....   | 51 |



## **1. Introdução**

Muito se ouve, muito se fala e muito se vê sobre a participação da mulher no mercado de trabalho no século XX, a mídia fala sobre uma possível “melhora” nos números de inclusão das mulheres no mercado de trabalho, manchetes mostram que as mulheres estão mais presentes no mercado. Pouco se fala sobre como se dá qualitativamente esse crescimento e como se deu ao longo do tempo no Brasil. A discussão acerca da inserção das mulheres no mundo do trabalho é essencial nos dias de hoje quando se fala sobre igualdade de gênero. Estudos estão cada vez mais profundos e permitem que se tenha um olhar crítico e aprofundado sob as condições do trabalho feminino, sob evolução deste e principalmente sobre causas e consequências dessa inserção feminina no mercado de trabalho. O presente estudo tem como objetivo traçar o panorama histórico dessa participação da mulher no mercado de trabalho, das dificuldades envolvidas nesse processo e por fim comparar esse panorama com outros países. Foram usados para elaboração desse estudo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e do Instituto Ethos. Também foram usados estudos de vários acadêmicos, além de publicações de autores referência nesse tema.

O trabalho está dividido em quatro seções além desta introdução e das considerações finais. Na segunda seção será mostrado como se deu a evolução histórica desde a década de 70 até hoje a inserção feminina no mercado de trabalho. Na terceira seção é analisado como está disposto o trabalho feminino no mercado de trabalho, como é a participação no mercado público/privado e como se dá a alocação do tempo do homem e da mulher entre afazeres domésticos e o mercado de trabalho formal. E na quarta e última seção são analisados os aspectos comparativos entre o cenário brasileiro e o cenário internacional, primeiramente focando na América Latina que tem uma realidade histórica mais próxima do Brasil e depois confrontando com o resto do mundo.

## **2. A evolução da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro**

Segundo Madalozzo, Martins e Shiratori (2010), nas civilizações mais antigas como Grécia, Roma e Mesopotâmia, o único valor que a mulher tinha era o gerar filhos — homens, de preferência. Porém, com o decorrer dos séculos, a mulher foi conquistando espaço na sociedade e percebendo seu valor e sua capacidade. O marco mais recente desse avanço na sociedade brasileira talvez tenha sido a eleição da presidenta Dilma Rousseff — acontecimento que é ilustrativo do fato de que as mulheres hoje ocupam cargos de grande poder decisório, seja na política, seja no mercado de trabalho, onde estão presentes nos mais altos degraus da hierarquia das empresas. Apesar disso, conforme será discutido ao longo deste trabalho, a desigualdade de gênero ainda tem grande espaço, haja vista que as mulheres ainda têm grande diferença salarial e de representatividade frente aos homens.

Nas décadas de 70 até 90 houve mudança marcante no ambiente econômico e social do País e a participação feminina no mercado de trabalho aumentou significativamente. A mulher conquistou espaço na sociedade, frente a uma ordem social injusta e desigual que precisava ser mudada. A análise dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística mostrava as mulheres cada vez mais ativas no mercado de trabalho, o que traçava uma trajetória promissora para os anos seguintes. O esperado à época era que esse crescimento da participação feminina no mercado de trabalho preservasse seu ritmo nos anos seguintes, levando ao pareamento com a participação masculina. Contudo, hoje se constata que, apesar de terem aumentado sua participação no mercado de trabalho, as mulheres continuam distantes da equidade.

Neste primeiro capítulo pretende-se realizar uma breve recapitulação histórica do movimento de ingresso da mulher no mercado de trabalho brasileiro, ressaltando seus fatores motivadores e suas principais características. Pretende-se analisar quais são os indicadores e acontecimentos que permaneceram iguais desde a década de 70 e os que mudaram no que tange à participação da mulher no mercado de trabalho nesses anos.

## 2.1 Década de 70

A década de 70 foi marcada pelo início do crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro. As mulheres passaram a entrar no mercado para complementar a renda de suas famílias, porém, enfrentavam muitos preconceitos e eram muito discriminadas, integrando grupos ocupacionais que no geral não eram favorecidos com bons salários.

Cumprir observar que o fato de as mulheres ingressarem no mercado de trabalho principalmente para complementar a renda familiar não significava que apenas mulheres pobres trabalhavam. A década de 70 trouxe a elevação nos níveis de consumo das famílias e, assim, mulheres de diferentes níveis econômicos e educacionais passaram a trabalhar para ter acesso à nova variedade de bens de consumo. Bens que eram anteriormente importados passaram a ser produzidos no País devido à expansão da economia (a década de 70 foi marcada pelo alto ritmo de industrialização interna e pela crescente urbanização) e estimularam as famílias a entrarem no mercado para poderem desfrutar dessa nova gama de produtos.

Um fator importante que determinava a que tipo de trabalho — no lar ou fora dele — a mulher estaria apta a desempenhar era o seu estado civil. A maior participação no mercado se dava entre as separadas, seguidas das solteiras e mais jovens. As casadas, por seu turno, enfrentavam discriminação e muitas dificuldades para ingressar no mercado de trabalho. Segundo Bruschini (1994), essas dificuldades advinham principalmente das responsabilidades que a mulher casada detinha com os encargos familiares e domésticos, agravadas pela falta de creches no período. Apesar dessas dificuldades, a mulher casada foi o grupo cuja taxa de participação no mercado de trabalho mais cresceu na década de 70. Segundo Bruschini (1994), em 1970, 9,8% dessas mulheres trabalhavam, ao passo que em 1980 essa taxa era de 19,5%.

No que se refere à diferença salarial por sexo, Mello (1982) mostra, com base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 1976, que o sexo era o grande fator determinante dos salários. Ser mulher na década de 70 significava ter um salário menor do que o do homem em quase todos os cenários, independentemente do tipo/tamanho da empresa, do nível educacional e do tempo de trabalho. Segundo a autora, em 1976 os homens ganhavam, em

média, 60% a mais do que as mulheres no setor formal, sendo 80% a mais na indústria, 59% a mais nos serviços e 50% a mais no comércio. Vale ressaltar que quanto mais alto se tornavam os salários, maior era a desigualdade entre homens e mulheres.

A década de 70 é marcante para o tema principalmente pelo fato de ser o ponto de partida no crescimento das mulheres no mercado de trabalho. Entretanto, tal crescimento ainda era tímido e só se apresentava em alguns nichos. Ponto marcante da década foi a ocupação pouco uniforme da mulher no mercado, nos chamados guetos ocupacionais, que eram nichos que a mulher ocupava em maior número, em atividades ligadas a educação, humanidades e artes, saúde e bem-estar social e ciências sociais.

## **2.2 Década de 80**

Nos anos 80 o País assistia a uma grave crise econômica que causava elevadas taxas de inflação, desemprego e deterioração da qualidade de vida dos trabalhadores. Essa crise provocou uma alteração na distribuição da população economicamente ativa, que se deslocou para o setor terciário. A explicação para essa migração da força de trabalho para o setor terciário é que esse setor abrigava atividades não organizadas e de baixa produtividade. Assim, mesmo o trabalhador não sendo qualificado, ele conseguia ingressar no setor terciário por meio de atividades informais e precárias, o que lhe permitia compor sua renda. Desse modo, o setor terciário foi responsável por evitar maiores altas nas taxas de desemprego.

O crescimento do setor terciário representou uma oportunidade para as mulheres e incentivou a entrada delas no mercado de trabalho, explicando em grande medida o aumento da participação feminina na população economicamente ativa nos anos 80. Como resultado, em 1990 74% das mulheres ocupadas estavam no setor terciário, principalmente em atividades como serviços comunitários, serviços de educação, serviços de saúde e serviços domésticos. A participação do setor terciário na economia, segundo Bruschini (1994), saltou de 46% para 54,5% entre 1981 e 1990 e é apontada como o principal fator estimulador do aumento da participação feminina no mercado. Cumpre ainda notar que a consolidação da mulher em alguns nichos

ocupacionais na década anterior fez com que na década de 80 ela não fosse tão impactada pela crise: a mulher na década anterior se distribuiu em sua maioria no setor terciário, justamente o setor que se expandiu em 80.

Além dos fatores econômicos, Scorzafave e Menezes-Filho (2001) apontam a mudança no papel social das mulheres nos anos 80, muito impulsionada por movimentos feministas e pelo crescimento da presença delas em lugares públicos. Para os autores, o desenvolvimento das grandes cidades diminuiu a taxa de fecundidade, reduzindo, assim, o número de filhos por mulher, liberando-as para o mercado de trabalho. A expansão da escolaridade e o acesso das mulheres às universidades também são mudanças marcantes na década. Para os autores, tais mudanças explicam a continuidade do crescimento da taxa de participação feminina no mercado de trabalho. Bruschini (1994) tem a mesma visão que Scorzafave e Menezes-Filho (2001) e salienta que nos anos 80 a evolução na participação feminina não se apoiou apenas em fatores econômicos, mas também nas mudanças culturais e sociais já citadas acima por Scorzafave e Menezes-Filho (2001).

Para Wajnman, Queiroz e Liberato (1998), nos anos 80 a distribuição dos trabalhadores segundo o setor de atividade econômica revelava que as mulheres continuavam concentradas principalmente na prestação de serviços, no setor social, na agricultura e no comércio. As diferenças regionais, contudo, eram marcantes para ambos os sexos. No Sudeste predominavam setores ligados a atividades industriais e urbanas, enquanto no Nordeste o peso da economia rural era mais significativo, embora a maioria das nordestinas que trabalhavam estivesse na prestação de serviços, no setor social e no comércio. Esse resultado é fruto de uma importante alteração da presença feminina no mercado de trabalho do Nordeste ao longo da década. Wajnman, Queiroz e Liberato (1998) explicam que é incoerente atribuir a continuidade no crescimento da atividade feminina na década de 80 apenas à busca pela complementação da renda familiar. Segundo a autora, essa pode ter sido a causa raiz, mas fatores culturais e demográficos também devem ser levados em consideração nessa análise.

As trabalhadoras continuavam ocupando nichos específicos do mercado de trabalho, ganhando destaque na prestação de serviços, principalmente no serviço doméstico remunerado, onde eram quase unanimidade. A presença da

mulher no setor de comércio também era expressiva (por exemplo, comércio ambulante de cosméticos), segundo Wajnman, Queiroz e Liberato (1998).

## **2.3 Década de 90**

A década de 90 marca a consolidação do aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho. Durante a década, a população economicamente ativa feminina aumentou de 28 milhões de trabalhadores para 43 milhões, segundo o IBGE. De todos os trabalhadores ativos, as mulheres passaram de 39,6% para 43,5%. Por esses indicadores vê-se que o aumento da participação da mulher se consolidou ao longo dos anos. Os motivos desse crescimento foram principalmente três, segundo Leme e Wajnman (1999): primeiro, a queda da taxa de fecundidade e a diminuição do tamanho das famílias; segundo, o envelhecimento da população; e, por último, o aumento da proporção de domicílios chefiados por mulheres.

Quanto ao primeiro motivo, cabe observar que a taxa de fecundidade caiu de 4,4 filhos por mulher em 1990 para 2,1 no começo dos anos 2000. Como consequência, o número de membros das famílias urbanas declinou de 4,6 para 3,2 durante a década.

O envelhecimento da população, por seu turno, também foi significativo: a esperança de vida ao nascer era de 63,16 anos para os homens e de 70,91 anos para as mulheres, segundo os dados do Censo demográfico de 1991 (IBGE). Em 2000, esses valores haviam saltado para 66,71 e 74,29, respectivamente. Como consequência da diferença nas expectativas de vida de homens e mulheres, o número de viúvas na população aumentou bastante. As mulheres que ficavam viúvas permaneciam, em grande parcela, ativas no mercado de trabalho, o que fazia com que em certas faixas etárias elas predominassem não apenas nas famílias, como também no mercado.

Por fim, entre 1980 e 2005 houve aumento de 14% para 30,6% no número de domicílios chefiados por mulheres, principalmente devido a fatores como o grande número de viúvas, o aumento da gravidez precoce, o crescente número de separações e as novas formas de vivência familiar, nas quais a mulher não era mais dependente do homem, como visto nas décadas anteriores. Todos esses dados são referentes a mudanças demográficas que são responsáveis por

grande parcela da consolidação do aumento da participação feminina no mercado.

Em complemento às mudanças demográficas e sociais, deve-se levar em consideração um fator importante já apontado nas outras décadas e que em 90 não é menos importante, que são as mudanças econômicas. Há continuidade das novas aspirações de consumo que rondavam desde a década anterior, mas que ganham mais espaço em 90 com a difusão dos meios de comunicação. A década de 90 foi marcante também no âmbito dos serviços públicos. Os índices de insatisfação com esses serviços subiram muito, o que fez com que a população que quisesse ter serviços como educação e saúde de qualidade tivesse que pagar por eles, o que também impulsionou a entrada das mulheres no mercado. E o fator já visto a partir da década de 70, que foi a entrada da mulher no mercado de trabalho para complementar a renda familiar, nos anos 90 deixa de ser opcional para tornar-se essencial, pois os rendimentos femininos se tornam essenciais para as famílias, principalmente as mais pobres e as da classe média.

## **2.4 Anos 2000**

Os anos 2000 seguem com a continuidade do que já era visto. A grande diferença em relação aos anos anteriores é que se torna mais comum ver as mulheres em cadeiras de maior poder decisório. Vale salientar, entretanto, que as ocupações dos guetos durante as décadas anteriores determinam, nos anos 2000, em quais setores as mulheres têm maior participação em cargos do topo da hierarquia. Os guetos que já eram ocupados em sua maior parte por mulheres, como educação, serviços sociais, saúde e administração pública, são os que possuem maior número de mulheres em posição de liderança. Já nos demais setores as mulheres ocupam de 10% a 15% dos cargos de diretoria, segundo Bruschini e Puppini (2004).

Cumprir verificar quais tendências são rompidas e quais subsistem nos anos 2000 no que tange à participação feminina no mercado de trabalho. As principais mudanças durante a década são: a PEA feminina mais velha, o acesso a profissões de prestígio (ainda que em pequeno número) e o acesso a novas ocupações. Contudo, muitas tendências se conservam as mesmas, quais sejam:

a maior responsabilidade histórica que recai sobre as mulheres em relação às atividades domésticas e de cuidado com os filhos; sua concentração em guetos ocupacionais; e a desigualdade salarial por sexo, mesmo quando se consideram mulheres nas mesmas ocupações que os homens. Percebe-se que o aumento dos níveis educacionais das mulheres incentivou sua entrada no mercado de trabalho, porém, segundo Soares (2002), com o passar dos anos esse aumento da participação feminina na atividade econômica estaria diminuindo de velocidade e tendendo a se estabilizar. Para verificar essa hipótese, na próxima subseção serão apresentadas séries históricas das taxas de participação e de ocupação no mercado de trabalho, por sexo, contemplando o período 2002-2016. Tal análise será desagregada geograficamente, a fim de verificar se há tendências diferentes a depender da região do País considerada.

### **2.4.1 Metodologia**

Para estudar os anos 2000 serão usados dados provenientes da Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE), que teve sua divulgação encerrada em fevereiro de 2016. Tratava-se de uma pesquisa que produzia algumas estatísticas que compreendiam características conjunturais do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. A PME era uma pesquisa domiciliar, ou seja, buscava resposta de domicílio em domicílio, com divulgação mensal pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As informações geradas, em geral, referiam-se à quantidade de pessoas com emprego, quantidade de pessoas sem emprego, taxa de ocupação, taxa de desemprego e rendimento médio dos trabalhadores. A PME baseava-se nas características de trabalho para todas as pessoas de 10 anos ou mais de idade na data da pesquisa. A população em idade ativa era separada em três grupos (ocupados, desocupados e não economicamente ativos). As pessoas ocupadas eram as que exerciam trabalho, remunerado ou sem remuneração, durante pelo menos uma hora completa na semana da pesquisa ou que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana. Eram classificadas como desocupadas as pessoas sem trabalho na semana de referência, mas que estavam disponíveis para assumir um trabalho nessa semana e que haviam



tomado alguma atitude para conseguir trabalho nos últimos 30 dias, sem terem tido qualquer trabalho ou após terem saído do último trabalho que tiveram nesse período. Os que eram classificados como não economicamente ativos eram as pessoas em idade ativa que não haviam sido classificadas nem como ocupadas nem como desocupadas.

## **2.4.2 Análise dos Dados**

Serão comparados os comportamentos de duas taxas que dizem muito sobre a inclusão da mulher no mercado de trabalho. A primeira delas é a taxa de atividade (ou de participação), que é composta pelo percentual das pessoas economicamente ativas, em relação às pessoas de 10 ou mais anos de idade. A segunda é a taxa de ocupação, que representa o percentual dos indivíduos economicamente ativos que se encontram ocupados. Dentre os ocupados consideram-se as pessoas que na semana de referência da pesquisa trabalharam por pelo menos 1 hora em algum trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou, ainda, as pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana.

Observando os Gráficos 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5 e 2.6, é notável que o comportamento das taxas é similar em todas as Regiões Metropolitanas do Brasil, importante observar também que em nenhuma região as mulheres ultrapassam os homens, seja na taxa de ocupação ou na taxa de atividade. É possível perceber que a diferença entre as taxas de atividade no país, se comparados os sexos, é praticamente constante, tendo diminuído muito pouco em 14 anos. As duas regiões metropolitanas que ficam no Nordeste, Recife e Salvador, mostram o mesmo comportamento, o afunilamento da taxa de participação ao longo dos anos e o comportamento quase constante da taxa de participação ao longo do anos. No caso da região Sudeste do Brasil, a taxa de atividade das mulheres sofreu uma leve queda, assim como a dos homens, embora seja ainda bem significativa a diferença dessa taxa entre homens e mulheres. Na região Sul, também houve uma leve queda da taxa de atividade de homens e mulheres, e os homens continuam ocupando muito mais espaço no

mercado de trabalho da região. Por fim, o gráfico 2.7 mostra um totalizar de todas as regiões metropolitanas no país, o comportamento das taxas mostra que a convergência entre os sexos já foi maior, até 2014 as curvas de taxa de ocupação se aproximavam cada vez mais e as mulheres se equiparariam em pouco tempo, mas a partir de 2015 a taxa não consegue mais crescer e cai acompanhada da taxa de ocupação dos homens mas mantendo a diferença, sem grandes avanços a partir de 2015.

Gráfico 2.1 - Taxas de Participação e de Ocupação por sexo, Região Metropolitana de Recife, 2002-2016.

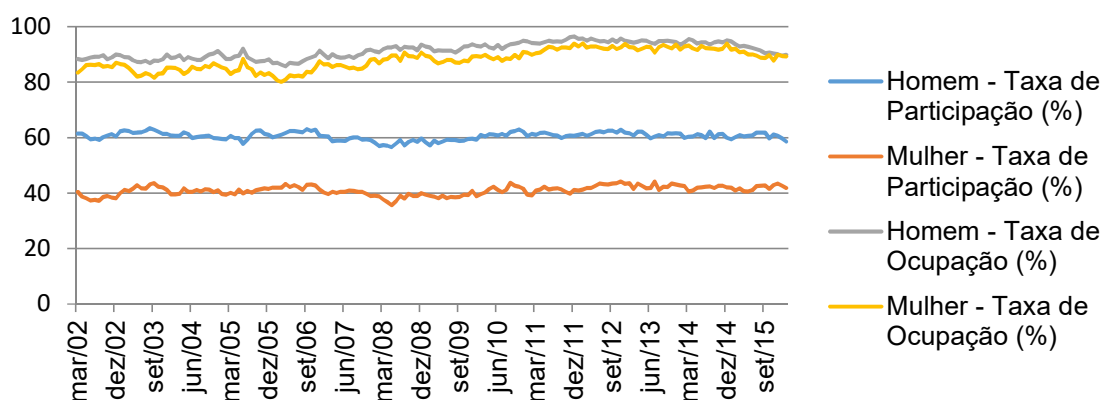


Gráfico 2.2 - Taxas de Participação e de Ocupação por sexo, Região Metropolitana de Salvador, 2002-2016.

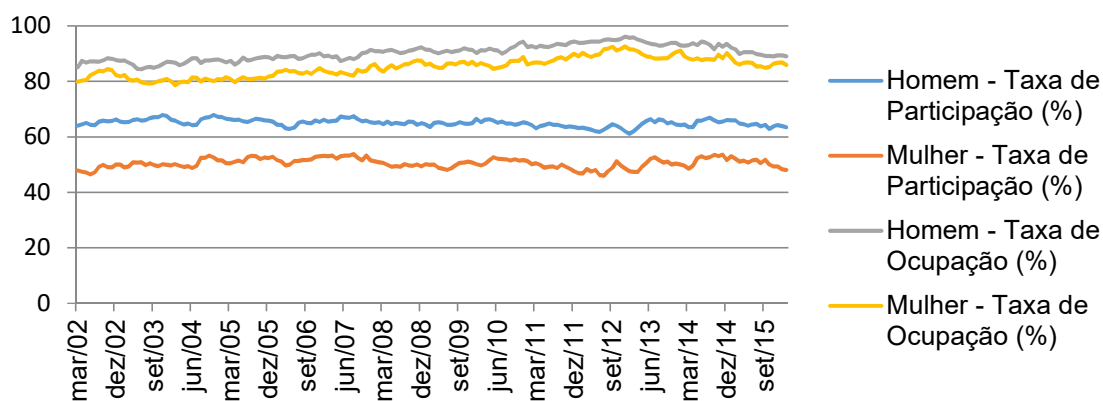


Gráfico 2.3 - Taxas de Participação e de Ocupação por sexo, Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2002-2016.

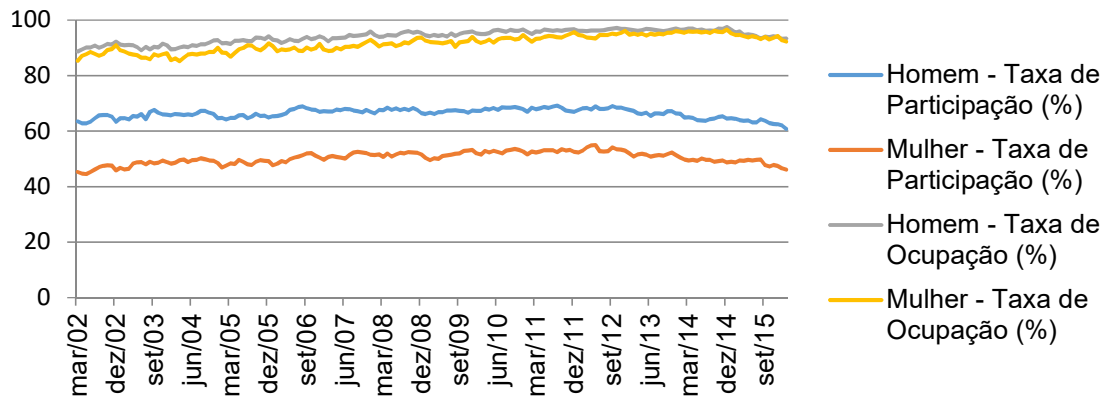


Gráfico 2.4 - Taxas de Participação e de Ocupação por sexo, Região Metropolitana de Rio de Janeiro, 2002-2016.

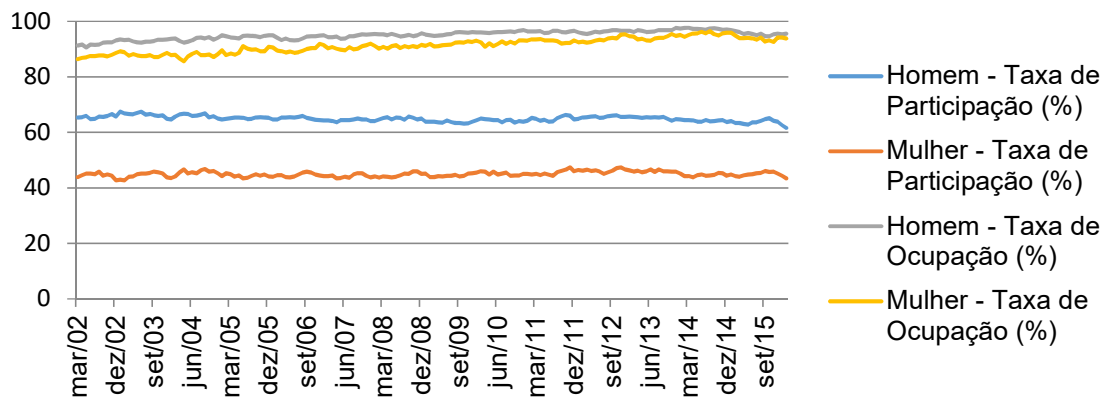


Gráfico 2.5 - Taxas de Participação e de Ocupação por sexo, Região Metropolitana de São Paulo, 2002-2016.

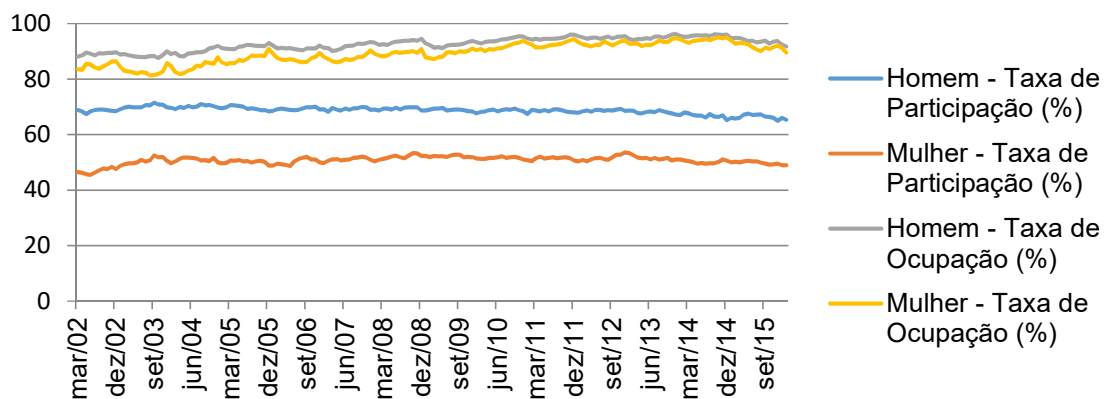


Gráfico 2.6 - Taxas de Participação e de Ocupação por sexo, Região Metropolitana de Porto Alegre, 2002-2016.

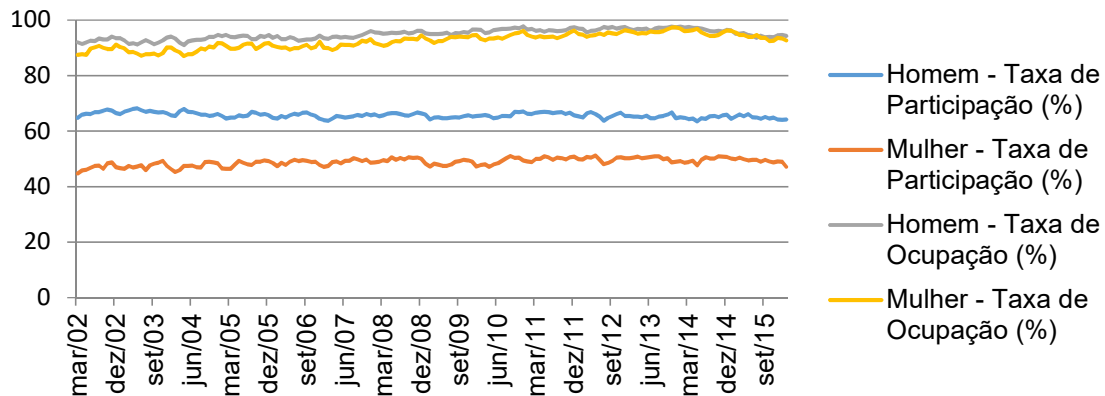
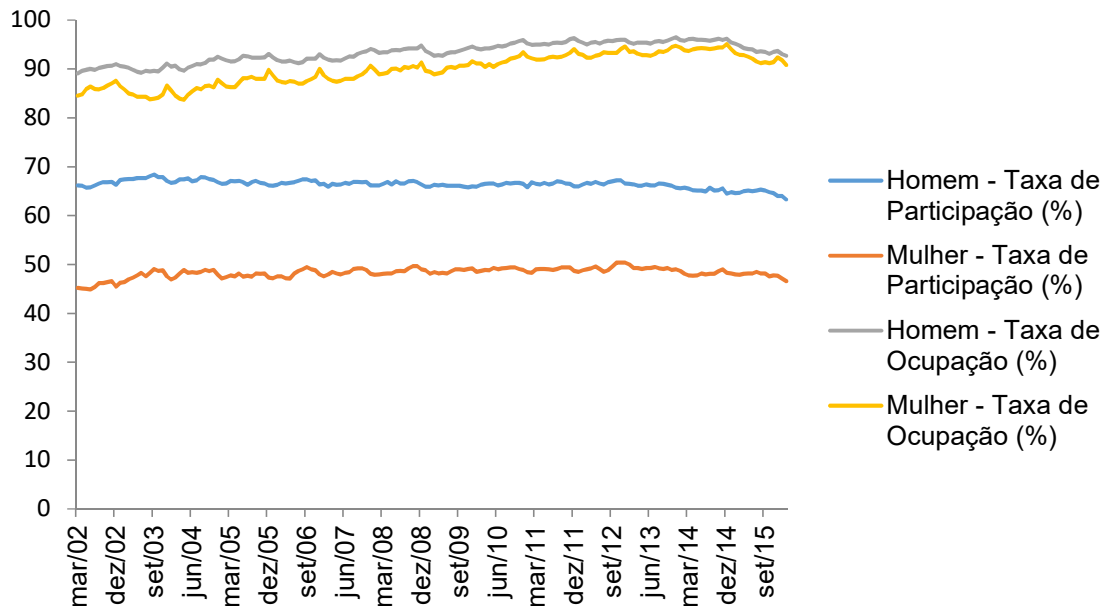


Gráfico 2.7 - Taxas de Participação e de Ocupação por sexo, Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, 2002-2016.



Dado que foi verificado que, de acordo com a taxa de ocupação, a mulher tem diminuído sua diferença frente aos homens, é importante analisar de que forma elas estão ocupadas. Vimos que em outros momentos da história do Brasil as mulheres entraram em setores onde os homens não estavam presentes, ocupando espaços e não sobrepondo a força masculina — como na década de 80 quando elas ocuparam o setor da informalidade. Assim, no próximo capítulo será analisado como as mulheres estão distribuídas no diferentes setores empregatícios.

### **3. A distribuição da força de trabalho feminina**

Analizou-se no capítulo anterior como se deu a evolução da participação feminina no mercado de trabalho e verificou-se que a mulher ocupa nichos específicos do mercado de trabalho.

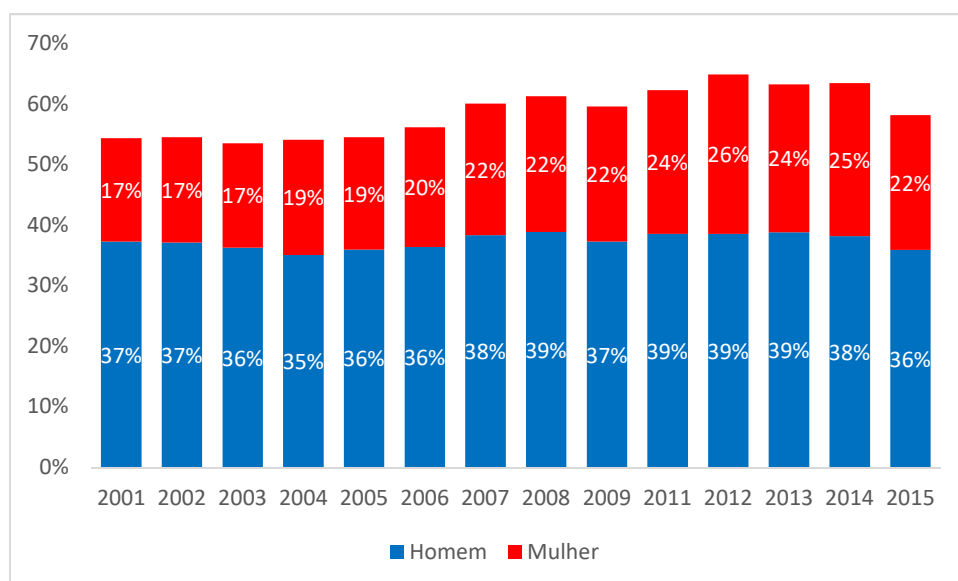
Pretende-se, neste capítulo, analisar qualitativa e quantitativamente como as mulheres estão distribuídas nos diferentes setores empregatícios (setor público e privado). Além disso, tendo em vista que foi verificado no capítulo anterior que a mulher, desde a década de 80, ocupa uma fatia importante do setor informal, pretende-se analisar sua distribuição nesse segmento, e em quais atividades informais ela predomina. Serão usados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) para fazer uma análise dessa distribuição, além da revisão da literatura da área.

#### **3.1 Uma visão geral**

Nesta subseção, apresentam-se e discutem-se informações sobre a distribuição dos trabalhadores na condição de empregados, por sexo, entre 2002 e 2015. Além disso, comparam-se os rendimentos do trabalho auferidos por homens e mulheres, buscando-se avaliar em que medida a segregação hierárquica de gênero é capaz de explicar o diferencial salarial por sexo. Conhecido como “teto de vidro”, esse fenômeno, conforme será discutido, dificulta a escalada das mulheres a postos mais elevados, principalmente em empresas de grande porte.

Conforme mostra o Gráfico 3.1, do número total de ocupados no Brasil, as mulheres na condição de empregados representavam 22% em 2015, enquanto em 2001, representavam apenas 17%. Isso demonstra que, em 15 anos, a mulher obteve um crescimento de 5 p. p., enquanto os homens tiveram uma queda, no mesmo período, de 37% para 36%. Nota-se, ainda, que a participação dos empregados no total de ocupados aumentou: em 2001, era de 54%, enquanto, em 2015, passou a ser de 58%.

Gráfico 3.1. Participação dos empregados no total de ocupados, por sexo (%). Brasil, 2001/2015.



Fonte: PNAD/IBGE 2015. Elaboração própria.

Nota: os dados para o ano de 2010 não estão disponíveis, pois nesse ano a PNAD não foi a campo.

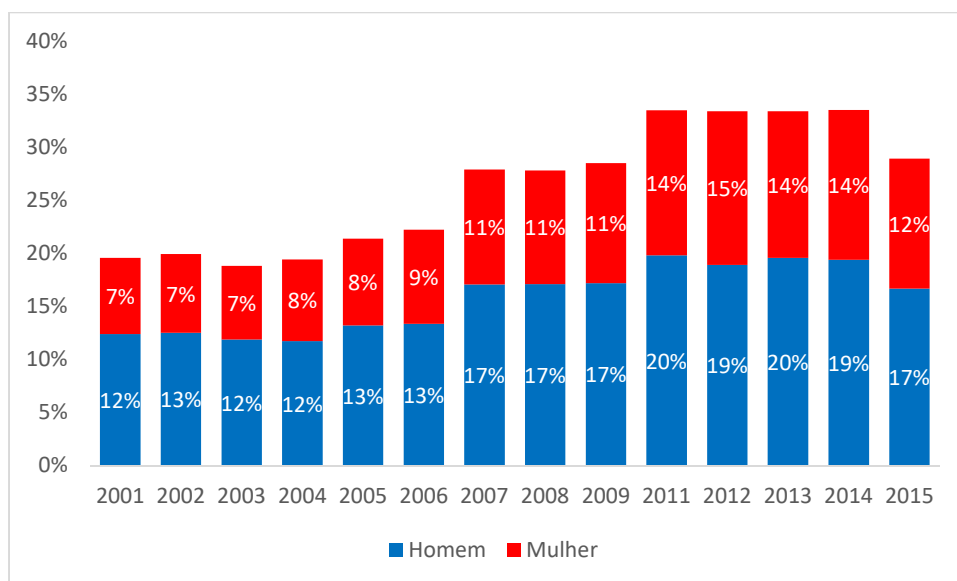
Além disso, como demonstra o Gráfico 3.1, a proporção de mulheres na condição de empregados entre os ocupados foi ainda maior entre 2011 e 2014, mas declinou em 2015 em virtude da crise econômica instalada no Brasil, cujos efeitos na taxa de variação real do Produto Interno Bruto foram sentidos a partir do 2º trimestre de 2014.

Entre os anos de 2015 e 2016, o PIB do país registrou uma queda de 7%, com forte impacto no mercado de trabalho. Segundo Costa e Areias (2015), ao longo de 2015 a taxa de desocupação entre as mulheres saltou de 6%, em janeiro, para 8,7% em setembro. Esses dados são provenientes da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015).

Nesse período de crise econômica as empresas deram preferência para a demissão de mulheres, devido às rescisões de contratos serem mais baratas, em razão de elas possuírem um salário inferior ao dos homens. Pelos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), 7,6 milhões de mulheres perderam o emprego em 2015, no Brasil. Com isso, a tendência passou a ser a migração de parte dessas mulheres para trabalhos informais para, ao menos, garantir seu sustento básico.

O total de pessoas empregadas é composto por três subgrupos: (i) os com carteira de trabalho assinada; (ii) os sem carteira de trabalho assinada; e (iii) os militares e funcionários públicos estatutários. Verifica-se nos Gráficos 3.2, 3.3 e 3.4 a distribuição por sexo nesses três diferentes segmentos do emprego.

Gráfico 3.2. Participação dos empregados com carteira assinada no total de ocupados (%), por sexo. Brasil, 2001/2015.



Fonte: PNAD/IBGE 2015. Elaboração própria.

Nota: os dados para o ano de 2010 não estão disponíveis, pois nesse ano a PNAD não foi a campo.

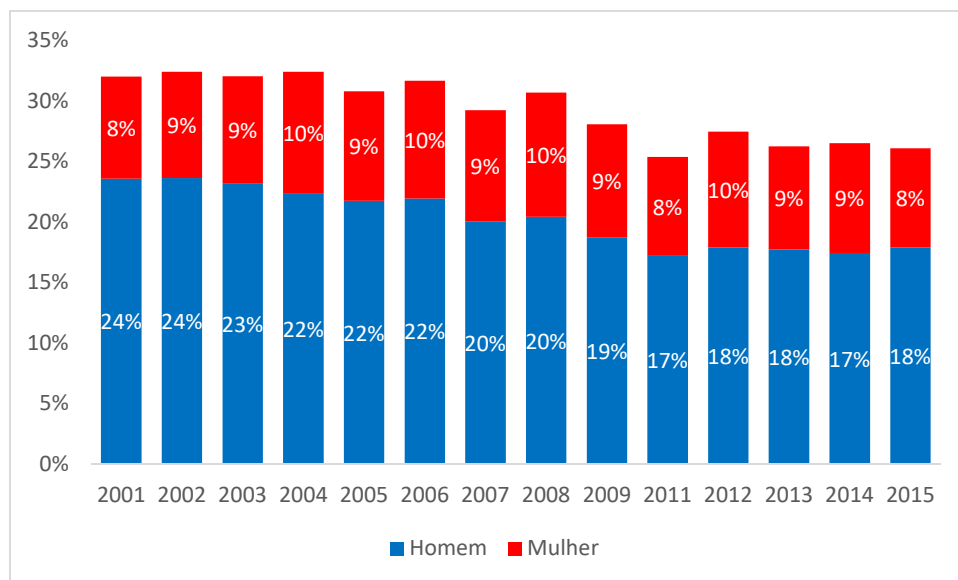
O Gráfico 3.2 mostra que os empregados com carteira assinada aumentaram sua participação no total de ocupados nos anos pré-crise. Entre 2001 e 2014 houve um aumento de 14 p. p. na participação dos empregados com carteira assinada em relação aos ocupados. É interessante verificar que o crescimento foi igual para os dois sexos, isto é, de 7 p. p. Em termos relativos, no entanto, isso significa que o crescimento foi proporcionalmente maior para as mulheres, pois elas tinham uma participação menor no início da série histórica.

Em contrapartida, o Gráfico 3.3 mostra uma evidente queda na participação dos empregados sem carteira assinada, no mesmo período: em 2015, do total de ocupados 26% não tinha carteira assinada; enquanto, em 2001, essa fatia era de 32%. As mulheres conservaram a participação de 8%.

Ainda segundo os dados da PNAD de 2015, na região metropolitana de São Paulo, três em cada dez trabalhadoras com 16 anos ou mais de idade estão

inseridas no trabalho informal, em uma porcentagem de 29% das trabalhadoras paulistanas, somando 1,3 milhões das mulheres do mercado de trabalho da região.

Gráfico 3.3. Participação dos empregados sem carteira assinada no total de ocupados (%), por sexo. Brasil, 2001/2015.



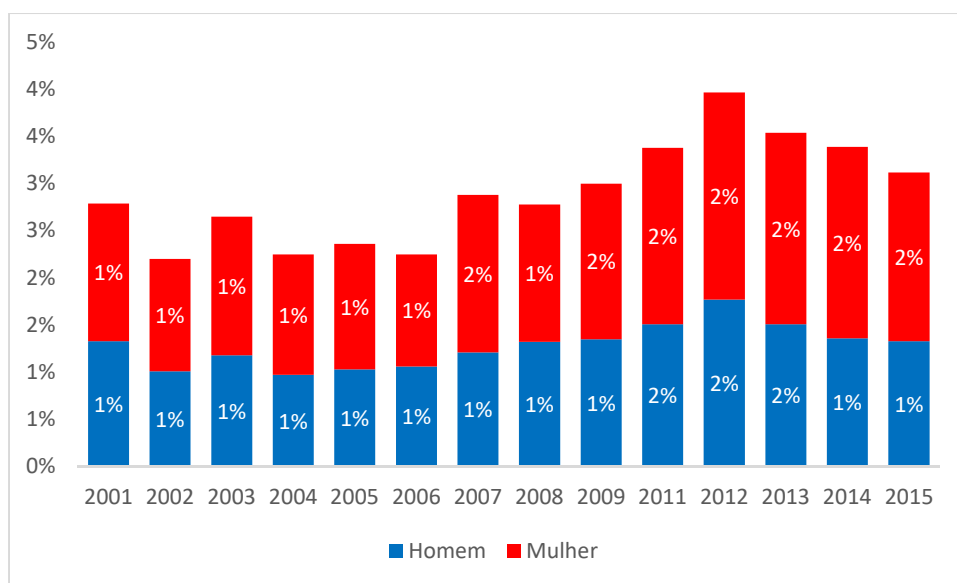
Fonte: PNAD/IBGE 2015. Elaboração própria.

Nota: os dados para o ano de 2010 não estão disponíveis, pois nesse ano a PNAD não foi a campo.

O Gráfico 3.4 permite examinar os empregados que atuam como militares e funcionários públicos estatutários. Nesse caso, as mulheres mostram-se uma fatia mais significativa, superando a participação masculina em vários anos da série. Isso será abordado com mais detalhes na próxima seção, onde será explorada essa segregação no setor público.



Gráfico 3.4. Participação dos militares e funcionários públicos estatutários no total de ocupados (%) por sexo. Brasil, 2001/2015.

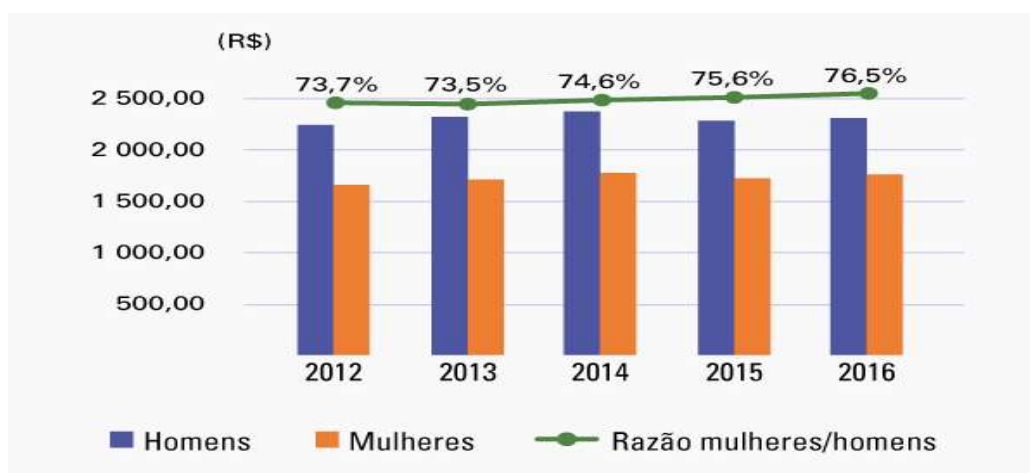


Fonte: PNAD/IBGE 2015. Elaboração própria.

Nota: os dados para o ano de 2010 não estão disponíveis, pois nesse ano a PNAD não foi a campo.

Com relação aos rendimentos médios do trabalho, as mulheres continuam recebendo uma média de 76,5% do salário destinado aos homens, conforme é possível observar no Gráfico 3.5. Esse hiato salarial surpreende, tendo em vista que as mulheres possuem, em média, maior grau de instrução que os homens, com um número médio de anos de estudo de 7,5, enquanto o deles é de 7 anos. Vê-se, no entanto, que a diferença de remuneração entre os sexos têm diminuído ao longo dos últimos anos, ainda que a um ritmo bastante lento.

Gráfico 3.5. Rendimento habitual médio mensal de todos os trabalhos e razão de rendimentos, por sexo. Brasil, 2012-2016.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2016.

As diferenças salariais estão presentes em diferentes níveis nas organizações, mas essa desigualdade é maior para cargos que exigem nível superior de educação. Isso ocorre em virtude do chamado “teto de vidro”, que se caracteriza pela menor velocidade com que as mulheres crescem na carreira, mesmo que possuam as mesmas condições que os homens, em questão de produção (ETHOS, 2016).

De acordo com Bôas (2018), embora as mulheres representem 51,7% do total de trabalhadores brasileiros, tanto do setor privado, como do público, elas ainda são minoria nos cargos de chefia: apenas 37,8% delas estão em cargos gerenciais no Brasil. Para os cargos do alto escalão, no setor privado, desde a diretoria até a gerência de diferentes setores das empresas, observa-se uma segregação de gênero.

Conforme Carolina Santos, técnica da Coordenação de Indicadores Sociais do IBGE, uma das explicações para a menor participação feminina nesses cargos de comando é que eles demandam mais tempo de trabalho:

“Como elas dedicam mais horas à família, buscam trabalhos que exigem menos horas. Provavelmente ela vai ganhar menos por isso” (Caroline Santos/IBGE, 2018).

Segundo dados da PNAD, 28,2% das mulheres tinham emprego com jornada parcial (até 30 horas semanais) em 2016, ante 14,1% dos homens.

Uma importante fonte de dados a respeito do “teto de vidro” é a pesquisa “Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e suas ações afirmativas”, realizada pelo Instituto Ethos, que traz informações sobre as 500 maiores empresas privadas do Brasil. Essa pesquisa mostra que as mulheres enfrentam um afunilamento hierárquico, deixando-as, muitas vezes, excluídas dos postos de maior destaque da empresa. Elas ocupam 55,9% dos cargos, porém, vão perdendo espaço a partir dos cargos de *trainees*, caindo para 42,6%, 35,5% no quadro funcional, 38,8% no setor de supervisão, 31,3% em cargos de gerência, 13,6% em cargos executivos e 11% no conselho administrativo (ETHOS, 2016), conforme mostram os dados da Tabela 3.1, a seguir.

Tabela 3.1. Distribuição dos funcionários das 500 maiores empresas do país (%), por sexo e nível hierárquico. Brasil, 2016.

|                           | Homens | Mulheres |
|---------------------------|--------|----------|
| Conselho de Administração | 89,0   | 11,0     |
| Quadro Executivo          | 86,4   | 13,6     |
| Gerência                  | 68,7   | 31,3     |
| Supervisão                | 61,2   | 38,8     |
| Quadro Funcional          | 64,5   | 35,5     |
| <i>Trainees</i>           | 57,4   | 42,6     |
| Estagiários               | 41,1   | 58,9     |
| Aprendizes                | 44,1   | 55,9     |

Fonte: Instituto Ethos (2016).

A pesquisa realizada pelo Instituto Ethos revela, ainda, a maioria das empresas participantes não possui nenhum programa de incentivo à presença de mulheres e negros em seu corpo de funcionários. Observam-se apenas algumas ações pontuais. Tampouco campanhas de incentivo a políticas de promoção da igualdade de oportunidades de emprego entre os sexos, ou entre brancos e negros, são observadas (ETHOS, 2016). Apesar disso, algumas empresas buscam empreender medidas que levem à conciliação do trabalho, da família e das mulheres que ali trabalham. Outras mantêm canais de comunicação para denúncia de ocorrências de assédio moral e preconceitos, além de divulgar valores que preguem a igualdade entre os sexos e raças (ETHOS, 2016).

### **3.2 O setor público foge à regra?**

Vaz (2018) estudou as diferenças salariais por sexo, no setor público, entre os anos de 2002 e 2015. De acordo com os dados da PNAD analisados pela autora, em 2015, 11,5 milhões de pessoas declaravam trabalho único ou principal no setor público, sendo que, desse total, 58% era composto por mulheres. Entre as razões que explicam a maioria feminina no setor público, podem-se mencionar as condições de acesso a esses serviços, que são similares para ambos os sexos, por meio de uma seleção mais imparcial e democrática. Além disso, as mulheres que ocupam cargos no setor público possuem algumas vantagens, se comparadas ao setor privado. As que são contratadas por órgãos regidos pelo Estatuto de Servidor possuem 180 dias de licença-maternidade.

Ainda segundo Vaz (2018), em relação ao tempo médio de trabalho, os homens no setor público declaram trabalhar, em média, semanalmente, 38,3 horas; enquanto as mulheres despendem 34,6 horas por semana de trabalho, um valor 9,6% menor, portanto. O que pode ocorrer é que muitas dessas mulheres estão empregadas no setor público de ensino, em que é usual declarar somente as horas em sala de aula. Dentre os profissionais de ensino com nível de formação superior, as mulheres representam 85% do total, sendo que as horas de trabalho declaradas são apenas 32,0. Quanto à média de idade dos funcionários públicos, para os homens é de 41,1 anos e para as mulheres, 41,2 anos. No caso da escolaridade desses indivíduos, as mulheres apresentam um tempo maior de estudo do que os homens, com 12,6 anos de estudo contra 11,6 anos dos homens. Em relação ao ramo de atividade econômica, dentro do setor público, 67,2% das mulheres ocupam cargos relacionados à educação, saúde e serviços sociais e 29,2%, cargos na administração pública. De acordo com os agrupamentos ocupacionais adotados pelo IBGE, 95,1% das mulheres se distribuem em cargos de ciências e artes, técnicas de nível médio, trabalhadoras de serviços administrativos e de serviços. Porém, ocupam poucos cargos nos setores de produção de bens e serviços e reparação e manutenção, ou como membros das forças armadas e auxiliares. Do total de mulheres funcionárias públicas, apenas 3,3% exercem funções de direção em empresas do setor público ou em organizações controladas pelo Estado, em comparação com 5,6%

de homens nesse tipo de ocupação. Quanto à ocupação no cenário parlamentar, dentre 190 países, o Brasil ocupa a 152ª posição, em relação ao percentual de cadeiras em câmaras de deputados ocupadas por mulheres.

A diferenciação por sexo na ocupação de cargos públicos pode ter relação com fatores que não são estatisticamente mensuráveis. Por exemplo, as mulheres que trabalham no setor de educação, saúde e serviços sociais podem se auto selecionar para esses postos de trabalho, devido à interiorização do papel de cuidadora, socialmente atribuído às mulheres, além da preferência por carreiras mais estáveis, como professoras, dentre outras.

Quanto à diferenciação de salários no setor público, Vaz (2018) constatou que as servidoras públicas possuem rendimentos brutos 25% inferiores ao dos homens. Contudo, ao introduzir controles para a escolaridade, diferenças regionais e as várias segmentações do setor público, a autora constata uma redução nessa diferenciação salarial: ao se compararem servidores equivalentes, as mulheres possuem salários 16,9% mais baixos do que os homens.

Outra questão discutida é a de que, embora as mulheres sejam mais escolarizadas que os homens, seus diplomas são menos valorizados, o que causa uma discriminação tida como “indireta” (VAZ, 2018). Se os salários dos trabalhadores fossem atribuídos com base apenas em atributos observáveis, a diferença de salário por sexo cairia de 25% para 12%.

Vaz (2018) constata que também no setor público a mulher enfrenta o “teto de vidro”. Na administração pública federal, pode-se observar esse fenômeno nos cargos de comissão do grupo Direção e Assessoramento (DAS). Quanto mais alto o nível de decisão associado ao cargo de trabalho, menor a participação da mulher. A distribuição desigual entre homens e mulheres em cargos DAS apresenta importantes implicações em termos salariais.

Segundo estudo da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP, 2016), o salário das mulheres que ocupam cargos no setor público se equipara ao dos homens em cargos de menor poder decisório. Porém, à medida que o valor do salário aumenta, a diferença entre os sexos quanto à remuneração é nítida. Nos salários entre R\$10.500,00 e R\$12.000,00, as mulheres representam 5% dos funcionários e os homens, 6%. Nos salários acima desses valores, as mulheres representam 12% e os homens, 17%. De acordo com os analistas da

ENAP, as mulheres buscam menos posições de representatividade na gestão do governo, representando 34,6% dos especialistas em políticas públicas e gestão de governo; 30,5% de analistas do comércio exterior, caindo para 23,2% dos técnicos de planejamento e pesquisa. Segundo a ENAP, os homens têm salários superiores em todas as esferas de poder. Com isso, a média, no serviço público do País é de 5,5 salários mínimos para os homens e de 3,9 para as mulheres. Na esfera estadual, os homens recebem 6,2 salários mínimos e as mulheres, 4,6; na municipal, 3,0 para os homens e 2,7 para as mulheres.

Portanto, conforme se pôde depreender da revisão de literatura realizada nesta seção, no setor público observam-se os mesmos fatos estilizados quanto às diferenças de gênero que caracterizam o setor privado, a saber: (i) a segregação feminina em nichos ocupacionais, ainda que, no agregado, as mulheres sejam a maioria no setor público; (ii) a ocorrência do fenômeno do “teto de vidro”, isto é, a menor presença feminina em cargos de maior poder decisório; (iii) a resultante diferenciação salarial por sexo, em desfavor das mulheres.

### **3.3 O trabalho informal**

De acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), as mulheres são a maioria dos trabalhadores no setor informal: um número bastante elevado de mulheres trabalha em serviços informais mal remunerados, como o de vendedora ambulante, trabalhadoras domésticas ou na agricultura de subsistência. Na maioria das vezes, esses trabalhos geram uma remuneração baixa e não são protegidos por leis trabalhistas, desencadeando a falta de benefícios sociais, como pensão, auxílio-doença e assistência médica. Além disso, 57% dos trabalhadores informais, no mundo todo, trabalham sem limite de horas. De acordo com a recomendação n. 204 da OIT, deve-se ampliar a proteção social das trabalhadoras informais e auxiliar na transição delas para o trabalho formal.

Dados do IBGE mostram que a informalidade vinha caindo no Brasil ao longo dos anos 2000 e 2010, mas que em 2017 ela voltou a subir. Em 2012 havia um total de 37,2 milhões de pessoas trabalhando sem carteira. Esse valor declinou continuamente até 2016, quando atingiu a cifra de 35,6 milhões. Em 2017, no entanto, esse valor aumentou para 37,3 milhões. O IBGE relaciona

esse aumento à crise econômica pela qual o País passou nos últimos três anos. Notou-se no capítulo anterior que na década de 80 o País passou por um movimento semelhante, quando grande fatia da população migrou para esse setor devido à crise econômica. Uma semelhança entre os dois movimentos é que ainda nos dias de hoje as mulheres são maioria nesse setor, que compreende empregados sem registro em carteira de trabalho (domésticos e não domésticos) e trabalhadores por conta própria.

Entre as causas para a predominância feminina no segmento informal, Bruschini (1994) aponta a dificuldade que as mulheres enfrentam em conciliar sua dupla jornada de trabalho:

[...] O difícil equilíbrio entre atividades econômicas e familiares, que se torna mais frágil ainda pela presença de crianças, depende também do tipo de atividade econômica a absorver a trabalhadora. Atividades formalizadas, com horários regulares de trabalho e maior distanciamento entre a casa e o trabalho são fatores que dificultam a conciliação de responsabilidades. A atividade informal, na qual não há jornadas regulares de trabalho, o trabalho domiciliar e o rural, ao contrário, costumam facilitar o arranjo necessário entre família e trabalho, embora não haja acesso a garantias trabalhistas. [...] (Bruschini e Lombardi, 2000, p. 165)

Bruschini (2007) aponta que o emprego doméstico remunerado continua, de forma majoritária, sendo desempenhado por mulheres. Segundo a autora, 90% das pessoas que realizavam trabalho doméstico no Brasil até 2005 eram mulheres:

A ocupação de trabalhadora doméstica ainda representa nos dias de hoje oportunidade de colocação para mais de 6 milhões de mulheres no mercado de trabalho brasileiro e é considerada precária em razão das longas jornadas de trabalho desenvolvidas pela maioria das trabalhadoras, pelo baixo índice de posse de carteira de trabalho (apenas 25% delas) e pelos baixos rendimentos auferidos (96% ganham até dois salários mínimos) (BRUSCHINI, 2007, p. 561).

Esses dados mostram que existe claramente uma divisão sexual do trabalho, segundo a qual as mulheres são responsáveis pelo trabalho subvalorizado e sem direitos trabalhistas. Olinto e Oliveira (2004) corroboram o argumento de Bruschini e argumentam que o problema dessa inserção das mulheres no setor informal pode se tornar estrutural, tornando-se mais difícil com o tempo a saída delas do setor. Cumpre ainda observar que o processo de terceirização da economia brasileira, caracterizado pelo subemprego em

atividades de baixa produtividade, baixo prestígio e baixa remuneração, atingiu primordialmente a força de trabalho feminina. Esses dados sugerem que o trabalho das mulheres em muitos casos ainda assume um caráter complementar na sustentação da família, sendo caracterizado por atividades de baixa qualificação e com baixa remuneração.

Na próxima seção será analisado o trabalho doméstico que é invisível na esfera econômica, não contribui diretamente com os indicadores econômicos e não é remunerado.

### **3.4 O trabalho doméstico não remunerado**

Embora com o passar dos anos a participação feminina no mercado de trabalho tenha se ampliado, as mulheres ainda são as principais responsáveis pelo cuidado dos filhos e do lar, o que as sobrecarrega em suas funções, resultando em uma dupla jornada de trabalho.

Segundo dados da PNAD de 2016, nas atividades domésticas as mulheres trabalham, em média, o dobro dos homens: elas dedicam, em média, 21,8 horas semanais para as tarefas domésticas, enquanto para os homens esse tempo é de 10,3 horas. No mercado de trabalho os homens trabalham, em média, 43 horas por semana e as mulheres, 36 horas. Portanto, para as mulheres, o total de horas trabalhadas (57,8 horas) é superior ao total masculino (53,3).

Embora essas diferenças entre horas trabalhadas de homens e mulheres tenham se reduzido com o passar dos anos, ainda cabe à mulher um maior empenho nas tarefas domésticas, concomitantemente à ampliação de sua participação no mercado de trabalho (CORTAZZO, 2001).

Historicamente o lugar destinado à mulher tem sido o lar, as questões domésticas [...]. Às mulheres corresponde 'por natureza' o cuidado dos filhos, da casa e dos pais velhos: funciona como um mandato a que devem responder e, em muitos casos, isto é requerido por outras mulheres [...]. (CORTAZZO, 2001, p. 61)

Pinheiro et al. (2016) mostram que as diferenças de gênero no desempenho das atividades domésticas independem da classe social das mulheres. A Tabela 3.2, extraída do trabalho das autoras, revela que as mulheres sempre desempenham as maiores jornadas de atividades domésticas,



independentemente da posição que assumem na família, de sua condição de atividade e de ocupação e do *status* socioeconômico. Vale também ressaltar que as mulheres despendem mais tempo que os homens nos afazeres domésticos mesmo estando na posição oposta: por exemplo, um homem desocupado gasta, em média, 12,4 horas semanais com afazeres domésticos, enquanto uma mulher ocupada gasta 21,2 horas.

Tabela 3.2 – Média de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos por sexo, segundo características pessoais ou dos domicílios – Brasil, 2014.

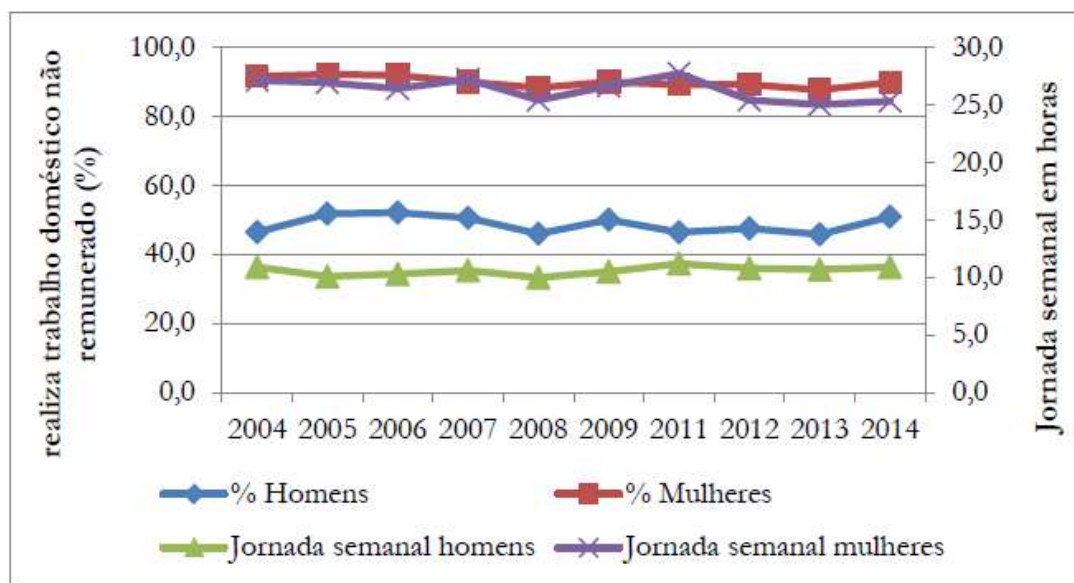
| Características das pessoas/domicílios      |                     | Média de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos |          |
|---|---------------------|---|----------|
|   |                     | Homens  | Mulheres |
| Total                                       |                     | 10,9  | 25,3     |
| Condição de atividade                       | Inativo/a           | 13,7  | 30,2     |
|   | Ativo/a             | 10,2  | 21,7     |
| Condição de ocupação                        | Ocupado/a           | 10,0  | 21,2     |
|   | Desocupado/a        | 12,4  | 26,7     |
| Renda no trabalho principal                 | Até 1 S.M.          | 10,5  | 24,4     |
|   | Mais de 8 S.M.      | 8,1   | 13,9     |
| Trabalhadora doméstica morando no domicílio | Sim                 | 9,7   | 17,5     |
|   | Não                 | 10,9  | 25,3     |
| Situação de pobreza                         | Extremamente pobres | 12,5  | 29,9     |
|   | Não-pobres          | 10,7  | 23,0     |
| Número de filhos                            | Nenhum              | 12,2  | 24,8     |
|   | 5 ou mais           | 9,7   | 32,5     |
| Ter máquina de lavar roupa                  | Sim                 | 10,6  | 24,5     |
|   | Não                 | 11,3  | 26,4     |
| Posição na família                          | Chefe               | 11,5  | 25,3     |
|   | Cônjuge             | 10,1  | 28,7     |

Fonte: Pinheiro et al., 2016.

Notas: (1) Extremamente pobres: renda domiciliar *per capita* de até R\$77,87; Não pobres: renda domiciliar *per capita* maior ou igual a R\$724 (um salário mínimo de 2014).

O Gráfico 3.6, a seguir, resume essa desigualdade: a jornada com afazeres domésticos dos homens é sempre menor do que a das mulheres, sendo que desde 2004 essa diferença é quase a mesma, a aproximação entre as duas curvas é ínfima. Importante também observar que o percentual de homens que realizam atividades domésticas oscila ao redor de 50%, alguns anos acima, outros abaixo. Isso é um agravante, tendo em vista que quase 95% das mulheres realizam atividades domésticas.

Gráfico 3.6 – Proporção da população de 16 anos ou mais de idade que realiza afazeres domésticos e jornada média semanal dedicada aos afazeres domésticos. Brasil, 2004 a 2014.



Fonte: Pinheiro et al., 2016.

### 3.5 A participação da mulher no mercado de trabalho em relação ao PIB do país

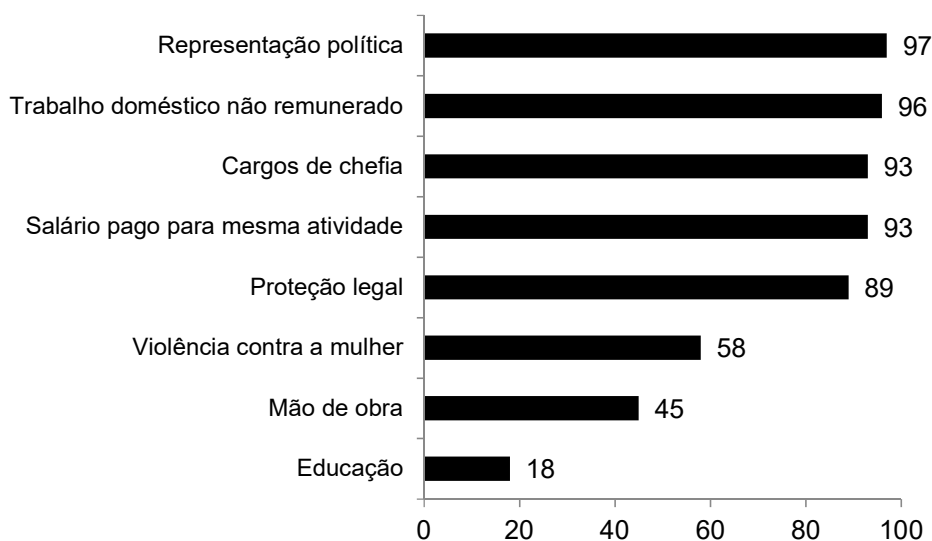
Segundo estimativas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), se existissem condições iguais para homens e mulheres no mercado de trabalho, haveria uma adição de R\$ 382 bilhões ao Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, entre 2017 e 2025.

O relatório “Mulheres, Empresas e o Direito 2018”, um estudo realizado pelo Banco Mundial, conclui que se houvesse igualdade salarial entre homens e mulheres no Brasil, o PIB do País aumentaria em 3,3%. Além do Brasil, esse relatório analisou também dados de 189 países, mostrando que em 104 deles ainda há impedimentos para que as mulheres realizem certos tipos de trabalho. Em 59 deles não existem leis que combatam o assédio sexual — uma das causas de muitas mulheres deixarem seus postos de trabalho. Em 18 deles o marido possui direitos de impedir a mulher de ingressar no mercado de trabalho (são 2,7 bilhões de mulheres impedidas de exercer funções no mercado de trabalho por restrições as mais variadas). Esses impedimentos legais à plena participação econômica das mulheres reduzem o PIB mundial. De acordo com esse estudo, deve-se verificar onde há restrições direcionadas à mulher para

que se criem mecanismos legais e políticas públicas que a amparem, vetando as discriminações no trabalho, em questão de gênero.

Uma pesquisa realizada pela McKinsey Global Institute em 2015 aponta as diferenças de gênero no mercado de trabalho e suas implicações para a economia do País. A pesquisa amparou-se em um conjunto de 15 indicadores, tais como educação, violência contra a mulher, proteção legal e representação política. Os indicadores em que o Brasil saiu-se pior foram os referentes à diferença salarial, ao trabalho não remunerado (atividades domésticas) e à representação política. Nesses quesitos o nível de desigualdade entre os gêneros mostrou-se extremamente elevado. O Gráfico 3.7 resume os resultados obtidos para o Brasil, cabendo notar que quanto mais próximo de 100 o valor do indicador, maior o grau de desigualdade de gênero.

Gráfico 3.7 - Mercado Econômico e Desigualdade de Gênero no Brasil.



Fonte: McKinsey Global Institute (2015).

A título de ilustração, a pesquisa da McKinsey cita que, no que se refere à participação das mulheres em conselhos administrativos, essa varia de 8% a 10%, mostrando o quanto as mulheres não conseguem atingir o topo das carreiras executivas.

#### **4. Cenário internacional**

Se no Brasil o cenário é tal como foi mostrado nos capítulos anteriores, neste capítulo será abordada a participação econômica da mulher no cenário internacional. Conforme será demonstrado, em países desenvolvidos como os Estados Unidos e parte da Europa a diferença a respeito da participação da mulher no mercado de trabalho é menor do que em outros países, devido a condições econômicas, sociais e políticas mais favoráveis. Já na América Latina e no Caribe houve um avanço significativo em relação à posição da mulher no mercado de trabalho, assim como na América do Sul, que tem diminuído essa diferença com o passar dos anos.

Ao se falar de igualdade de gêneros existem no mundo ações em favor dessa causa, como, por exemplo, a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, que desde o ano de 1995 reúne defensores da igualdade de gênero em diferentes setores da sociedade. Como nenhum país do mundo até os dias atuais atingiu essa igualdade e muitos obstáculos permanecem inalterados nas leis e na cultura da maioria dos países, essa Plataforma lançou medidas estratégicas em diversas áreas, desde pobreza, saúde, até questões econômicas como participação da mulher no mercado de trabalho, tendo sido adotada por 189 países. De forma complementar, a ONU Mulheres atua como mobilizadora dos governos e sociedades civis para cumprir as ações previstas na Plataforma de Ação de Pequim. Essas ações são veiculadas por meio de campanhas como a “Geração de Igualdade: realizar os direitos das mulheres para um futuro igual”.

“A igualdade de gênero na agenda de 2030”, um relatório de monitoramento global da ONU Mulheres, propõe acabar com as barreiras que impedem mulheres e meninas de realizarem seu potencial. Em 18 países os maridos ainda podem proibir suas esposas de trabalharem; em 39 deles há diferença de herança entre filhos e filhas; e em 49 países as mulheres devem ser protegidas da violência doméstica. Além disso, as mulheres realizam 2,6 mais vezes que os homens o trabalho não remunerado e doméstico. Em 2017, as mulheres ocupavam 23,7% de cargos parlamentares no mundo, embora esse número tenha crescido 10 pontos percentuais em relação ao ano 2000. Ainda segundo dados desse relatório, o progresso na questão da igualdade de gênero tem sido bastante desigual entre as diferentes dimensões apresentadas pela

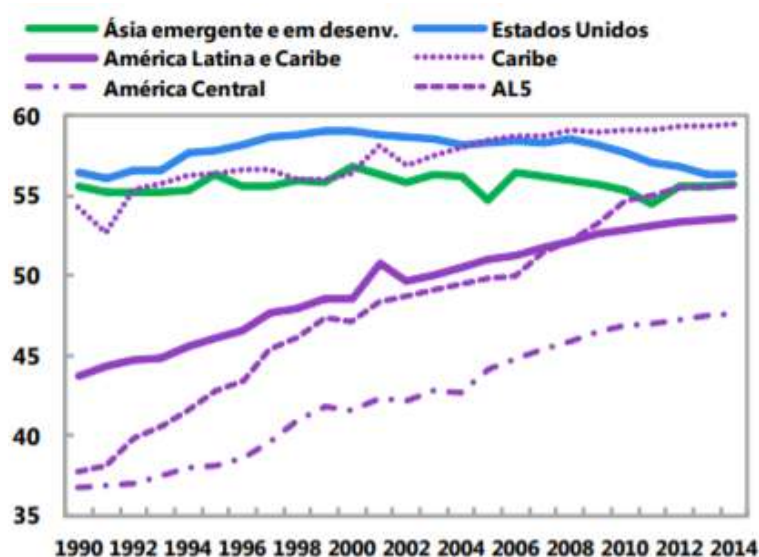
Agenda 2030. O acesso de meninas à educação, em algumas regiões, é bastante visível, porém insuficiente, o que colabora para o crescimento dos índices de pobreza das mulheres no mundo. Isso significa que se o progresso na igualdade de gênero não for acelerado, dificilmente os objetivos da Agenda 2030 serão alcançados. A pesquisa mostra que mulheres e meninas de diferentes partes do globo enfrentam barreiras estruturais que afetam suas vidas em inúmeros aspectos, inclusive na possibilidade de uma posição no mercado de trabalho. Portanto, ainda é crucial a necessidade de eliminação de restrições específicas de gênero e outras formas de discriminação contra as mulheres, embora se verifiquem progressos em regiões mais desenvolvidas.

#### **4.1 América Latina**

Segundo dados do Fundo Monetário Internacional (NOVTA; WERNER; WONG, 2016), na maioria dos países há mais homens do que mulheres exercendo funções remuneradas. No caso da América Latina e Caribe, o trabalho das mulheres ainda é considerado um recurso subutilizado. Porém, nos últimos 20 anos, as mulheres avançaram na ocupação de posições no mercado de trabalho, diminuindo essa diferença em relação aos homens.

Conforme mostra o Gráfico 4.1, no ano de 1990 a participação das mulheres no mercado de trabalho da América Latina e Caribe era da ordem de 44%. Em 2014, esse número subiu para 53%, o que representou um número bem próximo ao dos Estados Unidos e mercados emergentes da Ásia. Quando considerados apenas os países caribenhos, a participação da mulher no mercado de trabalho, a partir de 2005, superou as taxas observadas nos Estados Unidos. Nota-se, ainda, que o grupo formado pelas cinco maiores economias latino-americanas (AL5) apresentou avanços importantes se comparado aos países da América Central, onde o avanço foi menor.

Gráfico 4.1 – Taxa de participação feminina na força de trabalho, em porcentagem (%).



Fonte: Novta, Werner e Wong, 2016.

Nota: AL5 = Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru.

Esses ganhos da participação da mulher no mercado de trabalho da América Latina e Caribe são superiores aos observados em qualquer outra região, desde 1990. Ressalta-se, ainda, que o nível de participação feminina no mercado de trabalho da América Latina é mais alto do que o previsto para o nível de renda *per capita* da região (NOVTA; WERNER; WONG, 2016).

Apesar do avanço apresentado, a diferença entre os sexos na força de trabalho na América Latina ainda é alta, próxima a 25 p. p., quase o dobro do observado nos Estados Unidos. Segundo dados do Banco Mundial (2014), a diferença na distribuição etária da população na América Latina e nos Estados Unidos interfere na participação da mulher no mercado de trabalho. Se não houvesse essa diferença, a lacuna entre os gêneros poderia cair em 14% entre as duas regiões.

Segundo dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de 2018, se os países latino-americanos conseguissem equiparar a participação da mulher no mercado de trabalho à do homem, o Produto Interno Bruto da América Latina aumentaria em 16%. De acordo com um recente relatório do Fórum Econômico Mundial para a América Latina, ainda vai demorar 64 anos para que seja atingida a igualdade de gênero na América Latina.

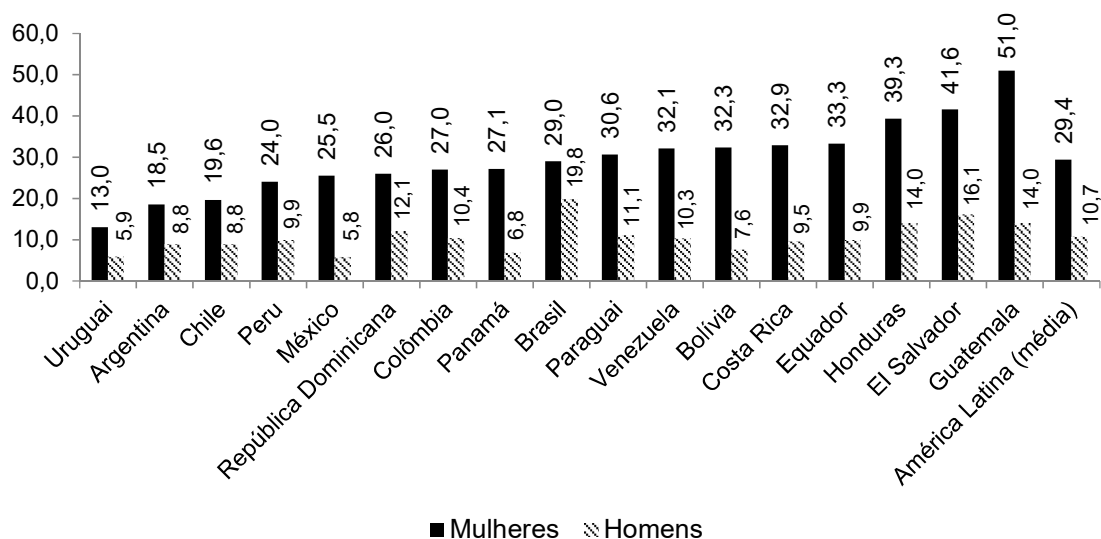
De acordo com estudo realizado pelo Observatório de Igualdade de Gênero (2017), possuir rendimentos próprios dá poder de decisão sobre a

administração dos recursos para cobrir necessidades próprias ou de terceiros, o que pode conferir autonomia econômica às mulheres. No grupo de mulheres sem renda própria, o tempo de trabalho não remunerado é maior do que o despendido pelas mulheres com renda própria. Isso porque as mulheres que possuem rendimentos próprios diminuem sua carga de trabalho doméstico, pois possuem condição de adquirir alguns serviços e produtos. Porém, isso não diminui a diferença entre os gêneros no que se refere ao exercício do trabalho doméstico (Observatório de Igualdade de Gênero, 2017). Ou seja, a diferença de horas dedicadas ao trabalho não remunerado entre mulheres e homens continua ampla, sendo explicada fundamentalmente por razões culturais. Políticas que promovam o acesso das mulheres a adquirirem rendimento próprio podem provocar uma redução da sua carga de trabalho não remunerado. Por outro lado, se não forem equiparadas as responsabilidades domésticas e familiares entre homens e mulheres, não serão superadas as desigualdades de gênero na redistribuição da carga total de trabalho.

Segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), as mulheres predominam dentre a população sem rendimento próprio em todos os países da América Latina e Central, conforme mostra o Gráfico 4.2. Esse número é calculado usando a proporção da população masculina e feminina com mais de 15 anos que não possui rendimentos próprios, sendo dependente da renda de terceiros.



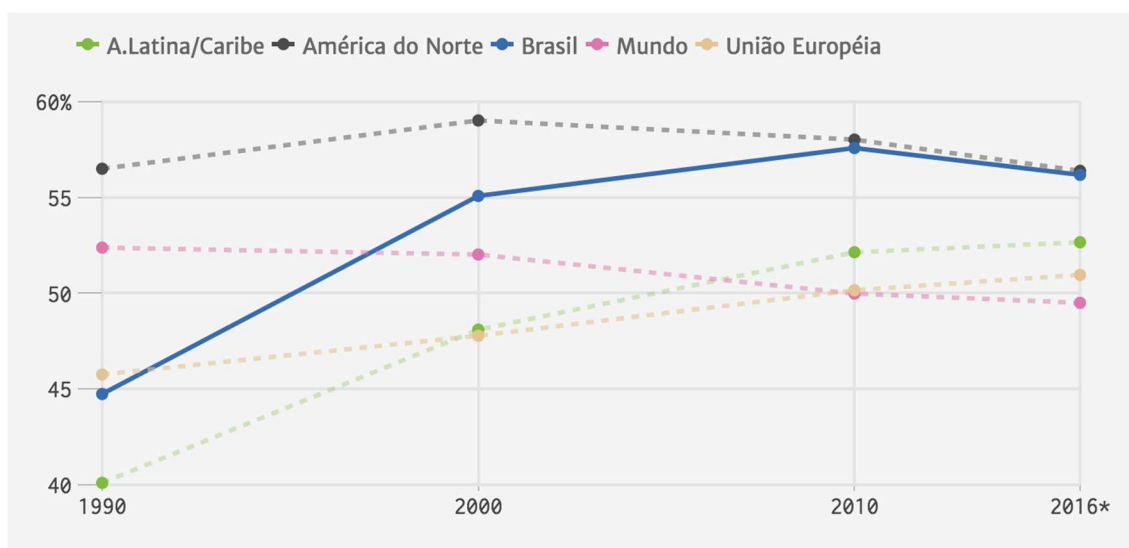
Gráfico 4.2 – Percentual da população sem rendimento próprio, por sexo, em países selecionados da América Latina, 2007.



Fonte: <https://oig.cepal.org/es/indicadores/poblacion-sin-ingresos-proprios-sexo>.

O Gráfico 4.3 mostra o percentual de mulheres economicamente ativas no total da população feminina em idade ativa, isto é, com 15 anos ou mais de idade, para o Brasil e para o restante do mundo. Os dados, provenientes do Banco Mundial, permitem comparar a situação do Brasil no cenário internacional. Nota-se que, apesar da redução observada a partir de 2010, o Brasil mostra-se em melhor situação que o conjunto de países da América Latina e Caribe e da Europa. A participação econômica feminina mostra-se superior à brasileira apenas nos países da América do Norte.

Gráfico 4.3 - Percentual de mulheres no mercado de trabalho na América Latina e Caribe, América do Norte, Brasil, Mundo e União Europeia, 1990/2016.

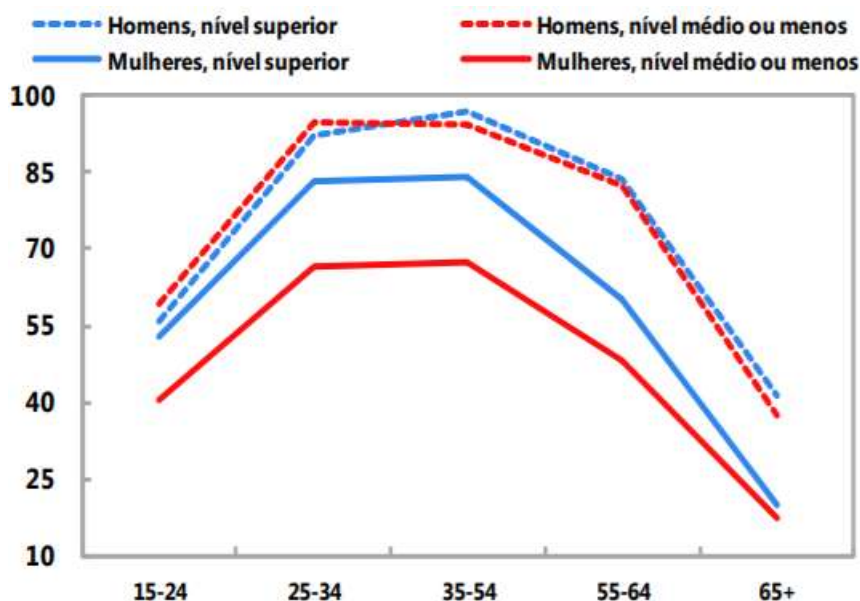


Fonte: Banco Mundial.

Nota: no de 2016 consideram-se projeções da OIT.

Por fim, o Gráfico 4.4 mostra que as mulheres pertencentes às coortes mais jovens estão cada vez mais presentes no mercado de trabalho na América Latina, principalmente as com nível superior de ensino. Segundo Novta, Werner e Wong (2016), as diferenças por sexo em relação à participação na força de trabalho é menor para as coortes mais jovens em todos os níveis de escolaridade e quase inexistente para aqueles com alguma formação universitária. Algumas políticas implantadas em países latino-americanos tiveram grande importância nesse avanço, como os programas gratuitos ou subsidiados pelo governo voltados aos cuidados infantis, que permitem que as mulheres após serem mães mantenham-se empregadas e não reduzam suas cargas de trabalho. Entre os programas dessa natureza na América Latina estão o “Hogares Comunitarios de Bienestar Familiar”, da Colômbia, o “Estancias Infantiles”, do México e o “Jornada Escolar Completa”, do Chile.

Gráfico 4.4 – Taxa de participação na força de trabalho por idade, sexo e escolaridade na América Latina.



Fontes: Pesquisas domiciliares e cálculos do FMI.

Nota: média simples de Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Uruguai. Nível superior = curso em andamento ou concluído. Nível médio ou menos: segundo grau completo ou menos.

## 4.2 Resto do Mundo

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), as mulheres têm menor participação no mercado de trabalho do que os homens e maior chance de ficarem desempregadas na maioria dos países do mundo. De acordo com o relatório “Perspectivas sociales y del empleo en el mundo: Avance global sobre las tendencias del empleo femenino 2018”, publicado pela OIT, a participação das mulheres na força de trabalho mundial atingiu 48,5% em 2018, uma taxa 26,5 p.p abaixo da taxa dos homens. No caso da taxa de desemprego mundial das mulheres, no ano de 2018, essa ficou em torno de 6%, 0,8 p. p. maior do que a taxa dos homens. Ou seja, para cada dez homens empregados, estão empregadas apenas seis mulheres. Ainda segundo esse relatório, nos países desenvolvidos as diferenças nas taxas de desemprego entre mulheres e homens são pequenas. No Leste Europeu e na América do Norte as mulheres registram taxas de desemprego menores que as dos homens, embora as normas sociais continuem a bloquear a participação delas em empregos remunerados. Por outro lado, no Norte da África e nos Estados Árabes o desemprego entre as mulheres

é duas vezes maior que o dos homens e as normas sociais que prevalecem são as que bloqueiam a participação da mulher no mercado de trabalho.

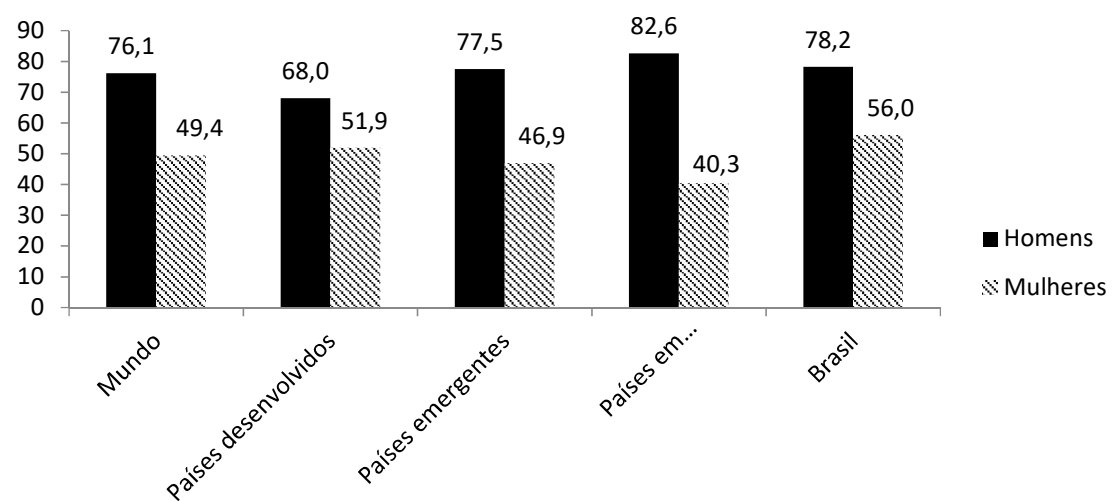
Além disso, nos países em desenvolvimento de baixa renda e nos países desenvolvidos de alta renda a diferença nas taxas de participação no mercado de trabalho, entre homens e mulheres, está diminuindo. Porém, nos países emergentes de média renda essa diferença tem aumentado em favor dos homens. Uma das razões é o número crescente de mulheres jovens nesses países que entrou no sistema de educação formal, postergando sua entrada no mercado de trabalho.

O estudo da OIT também aponta desigualdades entre os sexos em relação à qualidade do emprego. As mulheres possuem mais que o dobro de chance dos homens de serem trabalhadoras familiares sem remuneração, sujeitas a um negócio familiar, em condições de emprego vulneráveis, sem contratos, acordos ou direitos a leis trabalhistas. Em países em desenvolvimento isso ocorre para 42% das mulheres empregadas, em contraste com 20% do emprego masculino, com previsão de nada se alterar até 2021. Atualmente, segundo esse estudo, há mais mulheres que homens no emprego informal nos países em desenvolvimento (OIT, 2018).

Quanto ao teto de vidro, o estudo relata que quatro vezes mais homens que mulheres ocupam cargos administrativos no mundo (OIT, 2018). As mulheres continuam a enfrentar barreiras para ocupar esses cargos.

Como mostrado no Gráfico 4.5, em termos globais somente 49,4% das mulheres em idade de trabalhar buscam uma vaga ou estão empregadas, enquanto a participação dos homens sobe para 76,1%. Até em países mais ricos a diferença é parecida. No Brasil a diferença é de 22,2 p. p., são 78,2% homens, contra 56% de mulheres em idade ativa que estão empregadas ou buscando emprego. Dentre os motivos explicitados pela OIT estão principalmente a discriminação de gênero, o nível de educação e o acúmulo de tarefas não remuneradas, como cuidar do lar e dos filhos. Outro dado relevante no relatório da OIT é que entre as mulheres empregadas em todo o mundo, 15% são trabalhadoras familiares, enquanto os homens nessa condição são apenas 5%.

Gráfico 4.5 - Taxa de participação no mercado de trabalho, por sexo, 2017. Brasil e grupos de países selecionados.



Fonte: OIT, 2018. Elaboração própria.

## 5. Considerações finais

Esse trabalho traçou um panorama do trabalho feminino no Brasil, investigando as alterações ocorridas na sociedade e na economia desde os anos 70 e seus impactos na inserção da mulher no mercado de trabalho.

Constatou-se que nas últimas décadas as mulheres brasileiras seguiram a tendência global de aumento de participação no mercado de trabalho, conquistando espaços que antes eram exclusivamente masculinos. Entre os anos 70 e 90 as taxas de atividade da população feminina cresceram a um ritmo acelerado, como resultado de sua entrada no mercado de trabalho.

Contudo, apesar do avanço observado, os indicadores femininos não se equipararam aos masculinos. Em relação ao rendimento médio mensal, as mulheres ainda recebem em torno de 75% do salário auferido pelos homens. No que se refere à ocupação de cargos no mercado de trabalho, os dados apresentados mostraram a defasagem feminina na ocupação de cargos de maior poder decisório, bem como sua sobrerrepresentação em ocupações informais e de baixa remuneração. Constatou-se que apesar de possuírem, em média, maiores níveis de educação, elas não conseguem postos equivalentes aos masculinos. Por um lado, a trabalhadora que é mais escolarizada tem dificuldades para ascender a postos de gerência e diretoria. Por outro, a trabalhadora menos qualificada continua dedicando-se majoritariamente a atividades precárias como o emprego doméstico (em sua maioria, sem carteira assinada) e o trabalho não remunerado voltado ao próprio consumo.

Um ponto merecedor de destaque diz respeito à permanência da divisão sexual do trabalho, que atribui à mulher a maior parte da responsabilidade pelo cuidado da família e do lar. Esse fato foi ilustrado neste trabalho por meio de dados relacionados ao número de horas despendidas em afazeres domésticos, que se mostra invariavelmente superior para as mulheres. Essa perpetuação da divisão sexual do trabalho ao longo dos últimos 50 anos, concomitantemente ao aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, resultou em uma dupla jornada de trabalho feminina.

Portanto, conclui-se que, apesar da melhora ao longo das décadas nos indicadores de trabalho feminino, as mulheres ainda são as grandes responsáveis por desempenhar funções sociais que lhe foram atribuídas

historicamente. Como decorrência disso, há um acúmulo de atividades sobre elas, que não mostra sinais de melhora. Esse acúmulo tem traços claros de causalidade com a estagnação do processo de conquista de espaços da mulher no mercado de trabalho brasileiro nos anos mais recentes, particularmente de seu crescimento hierárquico dentro das instituições.

O presente trabalho se propôs, em última instância, a investigar a hipótese de um possível fim da invisibilidade da mulher. Ao pé da letra, pode-se afirmar que o trabalho feminino não é mais invisível. É fato que hoje as mulheres, em sua maioria, participam do mercado de trabalho e dos espaços públicos. Porém, para que haja a devida visibilidade, é preciso que, além da melhora nos indicadores quantitativos, sejam observadas também melhoras na qualidade da inserção da mulher no mercado de trabalho. Em outras palavras, apesar de as mulheres terem ingressado maciçamente no mercado de trabalho nas últimas décadas, elas não atingiram cargos de maior poder decisório na mesma proporção que os homens. Mesmo no setor público, que deveria ser mais igualitário, elas não ocupam cargos mais altos da hierarquia na mesma frequência que os homens. Talvez esse deva ser o ponto a ser estudado agora, não mais a invisibilidade em si, mas sim o tipo de visibilidade que a mulher atingiu. Será que se pode falar de uma falsa visibilidade ou de visibilidade marginal? Essas são questões prementes para compreender a participação feminina no mercado de trabalho nos dias de hoje.

## 6. Referências

BÔAS, Bruno Villas. **Mulheres ocupam apenas 38% dos cargos de chefia no Brasil, aponta IBGE.** 2018. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2018/03/07/mulheres-ocupam-apenas-38-dos-cargos-de-chefia-no-brasil-aponta-ibge.ghtml>>. Acesso em 01 de maio de 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO do Trabalho e Emprego – MTE. **Relação Anual de Informações Sociais ação Anual de Informações Sociais – RAIS.** Brasília: disponível em <<http://www.mte.gov.br/rais/default.asp>>. Acesso em 20 de maio, 2018.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectiva para o futuro. **Rev. Estud. Fem.**, v. 2, n. 3, p. 17-32, 1994.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. A Bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa** nº 110, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 2000, pp.67-104.

BRUSCHINI, Cristina; PUPPIN, Andrea Brandão. Trabalho de mulheres executivas no Brasil no final do século XX. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 121, p. 105-138, abr. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742004000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742004000100006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 28 de setembro de 2018.

CORTAZZO, I. **O trabalho da mulher: uma desigualdade encoberta?** In: GALEAZZI, Irene M. S. (Org.) **Mulher e Trabalho.** PED-RMPA. Porto Alegre, v.1, p.61-68, 2001.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil.** Rio de Janeiro, 1998-2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).** Rio de Janeiro, 2014.



INDICADORES de Atividade e Ocupação. In: IBGE. **Sidra: sistema IBGE de recuperação automática**. Rio de Janeiro, 2002-2016. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=p&o=12&i=P&c=768>>. Acesso em 20 de maio, 2018.

ETHOS. **Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas** – Pesquisa 2016. São Paulo: Instituto Ethos, 2016. Disponível em <[https://issuu.com/institutoethos/docs/perfil\\_social\\_tacial\\_genero\\_500empr](https://issuu.com/institutoethos/docs/perfil_social_tacial_genero_500empr)>. Acesso em: 28 set. 2018.

LEME, Maria Carolina da Silva; WAJNMAN, Simone. **Efeitos de período, coorte e ciclo de vida na participação feminina no mercado de trabalho brasileiro**. In: XXI Encontro Brasileiro de Econometria, 1999, Belém. Anais do XXI Encontro Brasileiro de Econometria, 1999, v. 2, p. 690-705.

MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? **Série Antropológica**, n. 284, Brasília, p.2-19, 2000. Disponível em: < <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie284empdf.pdf>>. Acesso em 23 de agosto de 2019.

MADALOZZO, Regina; MARTINS, Sergio Ricardo; SHIRATORI, Ludmila. Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais? **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 547-566, ago. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2010000200015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2010000200015&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 20 de maio de 2018.

MELLO, Marina Figueira de. **Uma Análise da Participação Feminina no Mercado de Trabalho no Brasil**. Dissertação de Mestrado apresentada à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-RJ, 1982. Disponível em: <[http://www.dbd.puc-rio.br/sitenovo/manutencao.htm?arqtese=1982-Mello\\_M\\_F.pdf](http://www.dbd.puc-rio.br/sitenovo/manutencao.htm?arqtese=1982-Mello_M_F.pdf)>. Acesso em 20 de maio de 2018.

NOVTA, Natalija; WERNER, Alejandro; WONG, Joyce. **FMI: la mujer en el trabajo. Gran logro em América Latina y el Caribe**. Set. 2016. Disponível

em: <<https://blog-dialogoafundo.imf.org/?p=6784>>. Acesso em 02 de novembro de 2019.

OIT. “**Perspectivas sociales y del empleo en el mundo: Avance global sobre las tendencias del empleo femenino 2018**”. Organização Internacional do Trabalho – Genebra: OIT, 2018. Disponível em: <[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms\\_619603.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_619603.pdf)>. Acesso em 02 de novembro de 2019.

OLINTO, Gilda; OLIVEIRA, Zuleica Lopes Cavalcanti de. **Gênero e trabalho precário no Brasil urbano: perspectivas de mudanças**. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABP, Caxambú/MG, 2004. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1310/1274>>. Acesso em 23 agosto de 2019.

PINHEIRO, Luana Simões; LIMA JUNIOR, Antonio Teixeira; FONTOURA, Natália de Oliveira; SILVA, Rosane da. **Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014**. Brasília: IPEA, mar. 2016. (Nota técnica n. 24) Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/160309\\_nt\\_24\\_mulher\\_trabalho\\_marco\\_2016.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160309_nt_24_mulher_trabalho_marco_2016.pdf)>. Acesso em 28 de setembro de 2018.

PRONI, Thaíssa Tamarindo da Rocha Weishaupt; PRONI, Marcelo Weishaupt. Discriminação de gênero em grandes empresas no Brasil. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 26, n. 1, e41780, 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2018000100212&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2018000100212&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 23 de março de 2019.

SCORZAFAVE, Luiz Guilherme; Menezes-Filho, Naércio Aquino. Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: evolução e determinantes. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 31, n. 3, p. 441-478, 2001.

SOARES, Sergei; IZAKI, Rejane Sayuri. **A participação feminina no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro: IPEA, dez. 2002. 22 p. (Texto para discussão n. 923). Disponível em:

<[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0923.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0923.pdf)>. Acesso em: 28 de setembro de 2018.

VAZ, Daniela Verzola. Diferenças salariais por gênero no setor público brasileiro no período 2002-2015: magnitude, evolução e determinantes. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 40, p. 41507, 2018.

VAZ, Daniela Verzola. O teto de vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 22, p. 765-790, 2013.

VAZ, Daniela Verzola; HOFFMANN, Rodolfo. Segregação ocupacional por sexo no setor público brasileiro no período 1995 e 2008. **Revista da ABET**, v. X, p. 120-141, 2011.

VAZ, Daniela Verzola; HOFFMANN, Rodolfo. Remuneração nos serviços no Brasil: o contraste entre funcionários públicos e privados. **Economia e Sociedade**, v. 16, p. 199-232, 2007.

WAINMAN, Simone; QUEIROZ, Bernardo Lanza; LIBERATO, Vânia Cristina. **O crescimento da atividade feminina nos anos noventa no Brasil**. In: XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP. Anais. Belo Horizonte: ABEP, v. 2, p. 2429-2454, 1998. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/936/901>>. Acesso em 20 de maio de 2018.